



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios

A CONTRAURBANIZAÇÃO: PAISAGEM E HUMANIDADE

CALHEIROS, António

Mestre

Geografia

calheiros@braga.ucp.pt

DUQUE, Eduardo Jorge

Doutor

Sociologia da Cultura, UCP

eduardoduque@braga.ucp.pt

Resumo

A contraurbanização é hoje uma realidade incontornável, prolixa e caracterizada por dinâmicas estruturantes de dimensão diversa. Este fenómeno, designado na linguagem anglosaxónica por *population turnaround*, consiste no declínio demográfico e industrial das áreas urbanas centrais em detrimento da revitalização populacional e industrial de espaços rurais do mundo desenvolvido. Por isso mesmo, como acabamos de afirmar, trata-se de um fenómeno prolixo, não generalizado, que coincide com o declínio das cidades industriais e define um novo marco de urbanização do espaço rural e/ou crescimento das periferias, contrariando os processos de urbanização e reurbanização, que transformaram as cidades em pólos aglutinadores de recursos. Surge como uma reacção à degradação física e social das cidades centrais, potenciada pelo rápido desenvolvimento tecnológico, com incidências directas ao nível das vias de comunicação, e o declínio das indústrias tradicionais, factores geradores de uma urbanização dispersa e difusa. Por isso, contrariamente à suburbanização, a contraurbanização marca uma ruptura simbólica com a cidade, iniciando-se com ela uma nova fase de produção do espaço e de relações. Assume particular relevância no contexto actual, onde se sente cada vez mais a necessidade de um desenvolvimento local que se quer homogéneo, integrado e sustentável. Neste sentido, porque tem a particularidade de descongestionar as cidades e revitalizar os espaços rurais, a contraurbanização afigura-se como um factor que pode contribuir para o desenvolvimento equilibrado das regiões e, por isso mesmo, passível de ser planificado. Decidimos abordar esta temática a partir de uma metodologia tripartida: noção e enquadramento histórico do fenómeno da contraurbanização; a cidade e as suas metamorfoses ao longo do tempo e, por último, os fundamentos teóricos da contraurbanização.

Abstract

Nowadays, counter-urbanization is an inescapable reality, long-winded and characterized by structural dynamics of diverse dimension. This phenomenon, called *population turnaround*, has to do with the demographic and industrial decline of the central urban areas to the detriment of the population and industrial revitalization of rural spaces of the developed world. As we have just said, that is why this phenomenon is long-winded, not widespread, which coincides with the decline of industrial cities and sets a new milestone of urbanization of rural areas and/or growth of peripheries, contrary to the processes of urbanization and urban renewal, which turned the cities into spots where resources are agglutinated. This arises as a reaction to the social and physical deterioration of the central cities, potentiated by rapid technological development, with direct implications at the level of lines of communication, and the decline of traditional industries, factors leading to a diffuse and dispersed urbanization. So, contrary to suburbanization, the counter-urbanization marks a symbolic break with the city, starting with it a new phase of production of space and relationships. It is particularly important in the current context, where there is an increasingly need for a local development that has to be homogeneous, integrated and sustainable. In this sense, because it has the particularity of decongesting the cities and revitalize rural spaces, the counter-urbanization would appear as a factor which may contribute to the balanced development of regions and, therefore, liable to be planned. We decided to tackle this issue from a tripartite methodology: notion and historical context of the phenomenon of counter-urbanization; the city and its metamorphoses over time and, finally, the theoretical foundations of counter-urbanization.

Palavras-chave: Contra-urbanização; Industrialização; Metamorfose das Cidades; Desenvolvimento Sustentável

Keywords: Counter-urbanization; Industrialization; Metamorphosis of Cities; Sustainable Development.

PAP1455

Introdução

Decidimos abordar esta temática a partir de uma metodologia tripartida: noção e enquadramento histórico do fenómeno da contraurbanização; a cidade e as suas metamorfoses ao longo do tempo e, por último, os fundamentos teóricos da contraurbanização e sua materialização. Escolhemos esta sistematização porque, na nossa opinião, espelha unidade, coerência e função explicativa.

Numa primeira fase vamos tentar definir o conceito de contraurbanização, conceito este de difícil fixação. Por isso mesmo, depois de lermos as diversas abordagens metodológicas a esta temática, optámos por apresentar uma noção que sintetiza a panóplia de abordagens a que fizemos referência. No entanto, enquadrámos a contraurbanização na sua génese histórica e nas dinâmicas que lhe deram origem.

Neste sentido, lançamo-nos na tarefa de analisar a cidade e as suas metamorfoses ao longo do tempo, de modo a compreendermos a génese da contraurbanização e os pontos de encontro que esta tem com os próprios processos de urbanização.

Na terceira parte explicitaremos os fundamentos teóricos da contraurbanização, designadamente as dinâmicas económicas e territoriais da sociedade pós-industrial e a revolução tecnológica ao nível da Sociedade do Conhecimento. Para além disso, abordaremos sinteticamente os factores que determinam a escolha do espaço rural como alternativo ao espaço urbano.

I. Noção e enquadramento histórico

O fenómeno da contraurbanização, designado na linguagem anglosaxónica por "population turnaround", consiste no declínio demográfico e industrial das áreas urbanas centrais em detrimento da revitalização populacional e industrial de espaços rurais do mundo desenvolvido (Ferraz Sexto, 1998; Dillman, 1979; Fuguitt, 1985; Camarero, 1992). Por isso mesmo, trata-se de um fenómeno prolixo, não generalizado, que coincide com o declínio das cidades industriais e define um novo marco de urbanização do espaço rural e/ou crescimento das periferias.

O referido fenómeno contraria os processos de urbanização e reurbanização que transformaram as cidades em pólos aglutinadores de recursos.

Segundo consenso alargado da comunidade científica, a densificação das áreas urbanas, ao nível da consolidação e/ou expansão, passou por quatro fases distintas, a saber:

- Urbanização, crescimento das cidades à custa do esvaziamento do espaço rural;
- Suburbanização, decréscimo do espaço urbano e crescimento do espaço periurbano;
- Desurbanização, decréscimo do espaço urbano e aparecimento das cidades satélites;
- Reurbanização, materializada na revitalização dos cascos históricos e gentrificação desses mesmos espaços (Harvey, 2001).

Podemos situar a contraurbanização, ao nível do enquadramento histórico, na década dos anos setenta do século XX, quando nos Estados Unidos, se verificou uma alteração nos fluxos migratórios, com as regiões rurais e as cidades médias a crescerem em detrimento das grandes metrópoles (Berry, 1978; Johnston, et al., 1994). Este fenómeno, inicialmente verificado nos Estados Unidos, alastrou-se à Europa Ocidental, Japão, Canadá e Austrália, embora segundo modelos distintos, seguindo tipologias urbanas diferenciadas, seja a nível de utilização dos solos (umas mais densas e compactas, outras mais suburbanizadas, umas com uma rede urbana mais equilibrada, outras com desníveis acentuados relativamente à hierarquia centro-periferia), seja a nível da estabilidade social e homogeneidade cultural, seja ainda a nível do valor simbólico e valorizações subjectivas do espaço urbano.

O fenómeno da “contraurbanização” coincidiu com o fenómeno da “reurbanização”, sendo que este beneficiou de políticas voluntaristas dos poderes centrais, regionais e locais, ao passo que o primeiro apoiou-

se nas dinâmicas que eclodiram com a III Revolução Tecnológica e o evento da sociedade pós-industrial (Ferraz Sexto, 1998).

II. A cidade e as suas metamorfoses ao longo do tempo

O homem hodierno é um reinventor de novos espaços e novas vivências (Weber, 1982; Werner Sombart, 1978; Jonas, 1995). Existe, porém, um denominador comum: os homens nem sempre se agrupam para os mesmos fins e os sistemas económicos são de tal modo diferentes que existem diferentes tipos e séries de aglomerados. No entanto, a história da humanidade coincide com a história das cidades. A partir do corpo das cidades, os homens têm incrementado as inovações fundamentais para o devir da humanidade. Até meados do século XX assistiu-se ao fenómeno da urbanização da cidade (Fortuna, 2002). Inicialmente vigorou a cidade do privilégio, assentando as suas prerrogativas sobre o poder, o espírito e o prazer. São cidadãos os senhores do poder (político, militar, económico e religioso); os praticantes do espírito (filósofos, profetas, oráculos, sacerdotes...) e os que se deleitam com todos os prazeres que só a cidade pode conferir: o conhecimento alargado, o erotismo, as delícias da comida dos quatros cantos do Mundo, o jogo e o desporto, a política, a economia e outros jogos de poder. A cidade vivia das trocas com o resto do Mundo e do campo, ali à volta, que a abastecia. Para o exterior abria-se, pela navegação, pelo comércio, pelos contactos da civilização. Ao campo, restringia-lhe os direitos, dominava-o e explorava-o (Pirenne, 1973; Braudel, 1984).

O Renascimento Urbano de finais da Idade Média é o Renascimento do comércio. Afirma-se uma nova classe, de cidadãos, os burgueses, que muitas vezes têm que ir viver para fora dos burgos, para os primeiros subúrbios (Le Goff, 1988). As cidades alargam o seu raio de influência, constituem-se em redes. Reforça-se também a articulação cidade-região. Estamos na presença da cidade do negócio. Os burgueses enriquecem e afeiçoam-se à cidade, que nalguns casos autonomizam, conferindo-lhe prerrogativas que os favorecem no confronto, na competição, com os congéneres. As teias comerciais alargam-se pela terra e pelos mares e a componente negócio vai dominando a cidade, que protagoniza as grandes estratégias de poder da Burguesia, das Repúblicas Italianas aos portos da fachada atlântica (Goitia, 1989).

Com a industrialização passamos da cidade do negócio para a cidade do trabalho. A revolução industrial inglesa, na medida em que sugeria as grandes unidades fabris, exigia abundância de mão-de-obra e mercados seguros, trazendo para a cidade uma nova força. Além de centro administrativo e comercial, a cidade torna-se o cerne da produção industrial, da actividade cultural e o local onde era possível organizar movimentos divergentes de opinião (Arendt, 2007). De centro político, a cidade tornava-se centro de agitação política, facilitada pela falta de unidade de estrutura social que a cidade do séc. XVIII começou a revelar. Este fenómeno toma então formas grandiosas e significativas de uma evolução social, “sui generis”. A cidade de milhões ou de muitas centenas de milhares de homens toma-se vulgar. Centro de produção e consumo, nó de comunicações, foco político de direcção e agitação, a cidade cria um tipo de pessoa e de vida, uma exigência de constantes novidades, local de recreio, informação com os seus meios próprios de organização social. A imprensa é uma das mais importantes formas de expressão da vida da cidade, revelando uma cada vez maior divergência relativamente ao campo: a megapolis é o fenómeno essencial do séc. XIX e marca com um cunho definitivo toda a sociedade contemporânea (Lacaze, 1999).

A industrialização é o grande choque na cidade e ela só resiste mercê de grandes investimentos em infra-estruturas e após grandes confrontos sociais (1848, Comuna de Paris). Depois há como que um Renascimento, mas também o aparecimento de um certo número de utopias que em grande medida trazem o germe do abandono da cidade: a fuga para o campo da cidade linear e a cidade-jardim, cujo mito e força imagética continuam até ao final do século e emergem aqui e além sob variados programas e formas, desde alguns condomínios fechados de moradias, isolados e em banda, combinados com pequenos blocos de apartamentos, aos conjuntos assimiláveis das paisagens turístico-balneares, até a muitos parques temáticos.

É a cidade da total crença na tecnologia, e a história por um século vai-lhe dando razão: a electricidade e a energia nuclear libertam-na do carvão; o transporte sobre carris dá-lhe mobilidade para suportar o aumento de escala; o transporte subterrâneo “aguenta” o automóvel, mas não chega, num último impulso a cidade multiplica o espaço de circulação, das auto-estradas aéreas, aos túneis, do pneumático às telecomunicações.

Mas esta já é a cidade-negócio em que a cidade torna-se mercadoria, no seu todo e nas partes em que é possível decompô-la. A complexidade do fenómeno obriga à especialização e aparece mesmo uma nova disciplina: o marketing urbano, que é embebido na intervenção estratégica (Ashworth e Voogd, 1990; Fernández Güell, 1997; Friedmann, 2004, 2005; Green, 2005; Muñiz, 2009; Noisette e Vallerugo, 1996; Paddison, 1993; Pancorbo, 2006; Rodell, 1993; Sánchez e Moura, 2005; Yao, Sun e Yao, 2005). Das ruínas da cidade industrializada, surgem grandes projectos, promovidos pelo partenariado público-privado.

Enquanto a cidade do trabalho cresceu à custa dos outros cidadãos que vivem no campo, mas que no essencial têm a mesma cultura, a cidade negócio é obrigada a migrações menos integráveis.

O modernismo aparece como uma reacção às práticas urbanísticas decorrentes do processo de industrialização. De entre os defensores da renovação urbana destacam-se autores como Haussmann, Garnier, Camilo Sitte e Le Corbusier (Harvey, 2001). Este último, apresenta o primado da ordem como imperativo categórico, afirmando que "a casa, a rua, a cidade são pontos de aplicação do trabalho humano; devem estar em ordem, senão contrariam os princípios fundamentais pelos quais nos norteamos; em desordem, elas opõem-se a nós, como nos entravava a natureza ambiente que combatíamos, que combatemos todos os dias" (Le Corbusier, 2000: 15). Esta frase resume, no essencial, as dinâmicas subjacentes às diversas formas de aglomeração urbana ao longo da história da humanidade e, simultaneamente, os múltiplos aspectos funcionais das *urbes*. Tentando articular as diversas funções físicas da cidade moderna, este autor defende, dentro de um espírito estético-económico numa tensão permanente para a sua perfeição, dentro de forma geométricas, uma cidade organizada "pela Arquitectura com os recursos da plástica que é o jogo das formas sob a luz" (Le Corbusier, 1992: 166).

À cidade modernista sucede a cidade pós-moderna (Friedmann, 2007). A cidade "fordista" (modelo produtivo, escala nacional) cede lugar à cidade pós-moderna (modelo cultural/simbólico, escala local e global). Um dos aspectos em que os pós-modernistas diferem radicalmente dos modernistas diz respeito ao modo como consideram o espaço. Os modernistas entendiam-no como algo a ser moldado segundo propósitos meramente sociais. Para os pós-modernistas o espaço é algo de independente e autónoma, que pode ser moldado por objectivos e princípios estéticos sem nexos necessários com objectivos sociais.

Este novo modelo conceptual centra-se na problemática das afirmações identitárias sobre o espaço, das múltiplas territorialidades da cidade, dos múltiplos discursos sobre a cidade (Abrantes e Pereira, 2005), das codificações afetivas dos lugares (representações: pertença/exclusão, atracção/repulsa, etc.). Enquanto a cidade do trabalho cresceu à custa do êxodo rural, com uma cultura essencialmente idêntica, a cidade actual é obrigada a migrações menos integráveis, aumentando-se assim as tensões e os conflitos. A cidade vai sendo cada vez mais um espaço descontínuo, nas suas dimensões territorial, económica e social.

Lopes (2000) aponta-nos dois dos principais elementos estruturantes da cidade pós-industrial e pós-moderna: a estetização e o mercado. A estética triunfou sobre o espaço mediante o fenómeno da *gentrificação*. Baseada no consumo, a cidade tornou-se mercadoria, no seu todo e nas partes em que é possível decompô-la. Numa lógica classista assistimos a uma repropriação do passado e a uma legitimação histórica. A cidade torna-se eclética e fictícia, onde abunda a grandiosidade e a teatralidade. A cidade pós-moderna oscila paradoxalmente entre a "explosão do simbólico" e a "redução semântica" dos espaços urbanos (Harvey, 2001).

Hoje, muitas cidades confrontam-se com um dilema: ou conseguem a reestruturação económica, com base produtiva robusta e estável, ou resta-lhes, para evitar a catástrofe, a orientação para a especialização temática para aproveitar as procuras crescentes no domínio dos lazeres. O fenómeno da desurbanização da cidade obriga a optar entre a cidade da marginalização (plasmada nos filmes "Blade Runner" e "Feios, Porcos e Maus") e a cidade dos replicantes (plasmada no santuários grandiosos da Disneyland e da Eurodisney).

Os elementos constitutivos da urbanidade dispersavam-se: o habitar, o produzir, o consumir, o lazer, o fazer política, ocupavam espaços específicos e individualizados, não no interior da cidade, mas num espaço topológico, que não é possível reproduzir na continuidade/contiguidade de uma peça da cartografia tradicional.

III. Fundamentos teóricos da contraurbanização e sua materialização

A contraurbanização surge como uma reacção à degradação física e social das cidades centrais, potenciada, como anteriormente foi afirmado, pelo rápido desenvolvimento tecnológico, com incidências directas ao nível das vias de comunicação, e o declínio das indústrias tradicionais, conduzindo a uma urbanização dispersa e difusa. Por isso, contrariamente à suburbanização, a contraurbanização marca uma ruptura simbólica com a cidade (Berry, 1976).

Na base desta alteração esteve a revolução provocada pelas novas tecnologias, as quais revolucionaram a concepção de espaço. Tal como o afirmou Giddens (1991), o espaço torna-se fantasmagórico, porque se desligou da copresença. Esta desterritorialização da economia resulta da necessidade que o neo-liberalismo tem em adquirir um ritmo acelerado na acumulação do capital. As interdependências são-no à escala global. Verifica-se uma interdependência de cadeias sucessivas. A cidade física é hoje, mais que nunca, uma cidade essencialmente simbólica. Hoje as deslocações não são apenas físicas, mas também virtuais. É o evento da sociedade da Informação e do Conhecimento, a qual, quando aplicada ao território, visa aumentar a qualidade de vida dos cidadãos e promover a competitividade das empresas e o seu desenvolvimento sustentado. Daí que não seja de estranhar que alguns levantem a voz para exigirem ao Estado um papel de catalisador e promotor de iniciativas que combatam a ciber-exclusão e promovam o desenvolvimento e afirmação das “Cidades e Regiões Digitais” (Mitchell, 1996; Amoêda, 2003; Gouveia, 2003).

Com a afirmação destas dinâmicas, o desenvolvimento passa em grande parte pelas redes de inter conexões virtuais. Este facto veio separar o local de trabalho do local de habitação, dado que as novas tecnologias permitem um grau de mobilidade muito maior. Em termos de trabalho, o lugar já não interessa mais, desde que se esteja conectado electronicamente com as redes globais. Isto permite que as pessoas procurem os espaços rurais em busca de qualidade de vida que já não têm na cidade, na maior parte dos casos sujeita à violência e à poluição.

Esta qualidade de vida está muito ligada à ideia da Cidade-Jardim (Sica, 1982; Garnier, 1988) e, por isso mesmo, a eleição do lugar depende de factores naturais e de factores humanos. Ao nível dos factores naturais constatamos que o clima, a paisagem e a vegetação são factores fundamentais na escolha do local de habitação. As pessoas procuram a atracção paisagística, a qualidade do clima associada à pureza do ar, das águas e à tranquilidade, a qualidade intrínseca da região, bem como os seus aspectos etnográficos. Por factores humanos entendemos os que resultam do esforço humano sobre o meio no qual está inserido e são de natureza económica, psicológica, geográfica, técnica e local. Em termos económicos podemos constatar que são as classes mais abastadas e ligadas ao sector terciário e quaternário que procuram estes espaços de habitação, situação esta responsável pelo aumento da massa crítica nas zonas rurais. Interferem também factores de natureza psicológica, dado que, pelo facto da procura destes espaços estar muito em voga, induz as pessoas na aquisição de habitação em espaço rural. No entanto, verificamos também a incidência de factores geográficos, uma vez que os espaços mais procurados são os preferencialmente isolados, mas de relativa proximidade aos centros urbanos, ou seja, com bons meios de comunicação e que sejam simultaneamente despoluídos, calmos e silenciosos. Interferem ainda factores técnicos como as infra-estruturas básicas, dado que os bons meios de transporte são o pilar para a procura de determinado lugar em detrimento de outro. Por último, podemos detectar a importância de factores locais, dado que as tradições culturais de determinada zona apelam à curiosidade das pessoas, podendo constituir fator de eleição.

Como já anteriormente foi referido, as pessoas que procuram estes locais para sua habitação têm empregos ligados aos sectores terciários e quaternários. Esta é uma das principais características da sociedade pós industrial. A contraurbanização surge como uma reacção à falta de qualidade de vida nas cidades, sobretudo no que às relações interpessoais diz respeito, que resvala muitas vezes para a violência e para corpos devastados pelo anonimato urbano. Uma nova linguagem cultural está a ser criada e um novo tipo de funcionamento das relações interpessoais emerge desta cultura do efémero. O indivíduo que opera nesta nova sociedade, não possui tempo para cultivar relações fortes em termos emocionais. A duração das relações é menor e, na maior parte dos casos, transitória. A cidade de milhões ou de muitas centenas de milhares de homens toma-se vulgar. Centro de produção e consumo, nó de comunicações, foco político de direcção e

agitação, a cidade cria um tipo de pessoa e de vida, uma exigência de constantes novidades, local de recreio, informação com os seus meios próprios de organização social.

Existiram, porém, teóricos que questionaram este período. De entre eles, Harvey (2001) refere G. Simmel. Simmel sobre a capacidade humana em assimilar uma grande diversidade de estímulos e experiências que lhe são colocadas pela vivência no espaço urbano moderno. A este propósito, Santos (1987) refere que desde logo Simmel não procede a uma análise histórico-comparativa e a sua percepção com o que é ‘novo’ e ‘moderno’ na sociedade de viragem do século XIX desenrola-se em exclusivo pelo recurso às representações mentais, aos modos de percepção/apropriação e à experiência vivida dos sujeitos.

Pese embora esta herança, o que mais atrai Simmel são os efeitos indeléveis decorrentes da violenta ruptura espaço-temporal que se opera na metrópole, a correspondente a alteração das relações de causalidade social e a resposta sociopsicológica e emocional dos sujeitos. A adaptação dos indivíduos à sociedade dá-se através de um processo de racionalização das interações sociais, as quais obedecem a quatro traços tipológicos: (1) o *intelectualismo*, pelo qual, e ao contrário do que sucede nas pequenas localidades, o sujeito metropolitano se vê forçado a conter as suas emoções e a proceder de modo racional; (2) a *reserva mental*, ou a criação de distâncias nos contactos quotidianos, como mecanismo de autoproteção da individualidade; (3) o *espírito calculista* e pragmático, como garantia de sobrevivência numa cultura quantitativista; (4) a *atitude blasé*, um traço psíquico que remete para a banalização das diferenças e a (auto) desvalorização pessoal. De um lado temos uma representação do espaço que radicada em premissas de uma racionalidade individual estruturada em valores monetaristas, de outro, a reafirmação de uma individualidade alicerçada na procura da moda e/ou nas atitudes excêntricas. Vivemos num espaço que articula o microcosmos e o macrocosmos, a diferenciação e a mudança com a semelhança e a conformidade.

A isto não é alheio o novo processo de globalização, cuja componente económica está a exercer sobre a produção do espaço geográfico, até porque “as economias locais só podem ser encaradas como malhas de uma rede económica global, sem qualquer realidade própria fora deste contexto” (Benko e Lipietz, 1994: 98). Todos sabemos que um dos suportes mais importantes da globalização tem sido, sem sombra de dúvida, a revolução tecnológica, que permitiu a internacionalização da informação e do saber; as trocas comerciais incorpóreas ao nível financeiro; a desregulamentação do comércio, fluxos de investimento e de muitos serviços intermédios; a cooperação entre empresas a nível internacional (joint ventures, franchising...); a livre troca de informações e saberes sobre produtos e mercados e, por último, o papel estruturante de determinados grupos de profissionais globais que, trabalhando em redes pessoais ou profissionais, contribuem para a difusão de informação e de competências (Appadurai, 1991; Beck, 1998; Castells, 1998; Featherstone, 1990; Friedman, 1990; Sennett, 1999; Wallman, 1993).

Se a técnica traduz a relação entre o homem e a natureza e entre o homem e o espaço geográfico, as redes técnicas da sociedade da informação representam toda a infra-estrutura que permite a passagem de fluxos, conectando-os entre si e conectando o homem com eles. Neste sentido, a rede estrutura o campo de forças de cooperação ou antagonismo que caracteriza a sociedade humana, sendo assim fonte de integração ou de exclusão. Por isso mesmo, na sua relação com o território, as redes técnicas são essenciais à construção de novas escalas territoriais. Teremos que indagar acerca da relação das redes técnicas com os processos de desenvolvimento sócio-económico, sobretudo ao nível do impacto que a tecnologia tem sobre as sociedades (Castells, 1998, 1999). A importância funcional das redes técnicas faz-se assim sentir com grande premência com processo da globalização, que, segundo alguns, está a conduzir à desterritorialização, à homogeneização do espaço e à “despersonalização” do lugar na sua singularidade. Para outros autores, porém, as redes estruturam o próprio território no que concerne à localização das actividades económicas. Nestes sentido, existe uma diversidade da dinâmica espacial que é enformada pelas estratégias dos actores que têm interesses territoriais. Estas redes, porém, não são neutras, já que criam e reforçam a interdependência dos lugares. Por tudo isto, nota-se que a funcionalidade das redes técnicas influencia a institucionalidade do território. Teremos de indagar acerca das novas formas territoriais emergentes e dos novos conteúdos que terão de ser dados às velhas formas espaciais (Harvey, 2001).

Das características sócio-económicas anteriormente apresentadas resulta a presença de um terciário avançado, o qual, em detrimento dos serviços de hotelaria e de comércio, agrupa actividades tão diversas

como os serviços financeiros, formação profissional, investigação e desenvolvimento. Este terciário está intimamente associado aos conceitos de segmentação produtiva e produção flexível, cenário este que só atinge níveis superiores de eficácia quando impulsionados e estruturados no desenvolvimento tecnológico da Sociedade da Informação. Este desenvolvimento tecnológico da Sociedade de Informação não necessita da existência de economias de aglomeração, dado estar associado à Sociedade do Conhecimento, cada vez mais estruturada na conexão do indivíduo com as redes globais de comunicação, dado estarmos na presença de uma classe de indivíduos numerosos e altamente qualificados, que trabalham, preferencialmente, segundo a lógica de gestão por projectos e actuam em organizações que privilegiam, em termos organizativos, a estrutura orgânica à mecanicista (Castells, 1999).

Esta realidade veio reduzir e/ou eliminar os constrangimentos do espaço e do tempo, que, conforme já foi afirmado, se tornam realidades fantasmagóricas e, conseqüentemente, os escolhos provocados pelas anteriores limitações territoriais à informação.

As conseqüências territoriais que daqui derivam são que a existência de regiões periféricas que, para a sua sobrevivência, deveriam estar estruturadas a partir de um único centro, deixou de fazer sentido. Doravante, afirmam-se os modelos de assentamentos complementares de fluxos horizontais, onde a identidade regional e local acabou por encontrar formas para a afirmação de um desenvolvimento endógeno que, funcionalmente, é capaz de se ligar a espaços que já não são aqueles aos quais estavam, no início, exclusivamente associados. Na base desta alteração está uma exigência cada vez mais premente ao nível do mundo dos negócios: a mediatização do momento. Dado que este princípio foi ratificado pelo desenvolvimento tecnológico das comunicações, assistimos a uma distribuição mais homogénea do emprego pelos diferentes espaços territoriais dos países desenvolvidos, dado que a implementação dos sectores da indústria e dos serviços nos espaços rurais tem vindo, paulatinamente, a ganhar relevância, seja pela melhoria das acessibilidades ou pela procura de espaços geográficos que permitam uma qualidade de vida que se estava a perder, situação esta sentida com maior ressonância por parte de uma classe de profissionais altamente qualificados que domina a Sociedade da Informação (Ferraz Sexto, 1989).

Os Estados e as Regiões têm assumido estas dinâmicas e procurado potenciar as suas vantagens comparativas dinâmicas, as quais definem as características de um dado território e sustentam o seu desenvolvimento, num quadro específico de alteração a curto prazo, por iniciativa dos próprios agentes locais, responsáveis pela sobrevivência de espaços rurais outrora em declínio. Neste sentido, tem-se verificado ultimamente uma dinamização e valorização dos territórios de baixa densidade populacional, de modo a captarem massa crítica que faça a diferença e encontre nestes espaços as compensações emocionais e psicológicas que pretendem.

Conclusão

O homem procura criar espaços e ambientes cada vez mais ajustados ao seu ideal de vida e à sua realização e, neste sentido, tem necessidade de reconstruir novos contextos vivenciais que respondam a premências da sociedade em que se insere. É nesta conjetura que surge a contraurbanização, como resposta às necessidades do homem moderno, que envolto na cidade do consumismo, do movimento e da tecnologia, que se transforma numa velocidade incomparável com outro tempo da história da humanidade, procura novos espaços humanos para se realizar e viver com qualidade.

Esta procura implica a procura de espaços onde se realcem áreas verdes, calmas e que proporcionem tempo para as relações pessoais, ambientes que se aproximam do espaço rural. Para além disso, assume particular relevância no contexto atual, onde se sente cada vez mais a necessidade de um desenvolvimento local que se quer homogéneo, integrado e sustentável. Neste sentido, porque tem a particularidade de descongestionar as cidades e revitalizar os espaços rurais, a contraurbanização afigura-se como um fator de que pode contribuir para o desenvolvimento equilibrado das regiões e, por isso mesmo, passível de ser planificado.

Contudo, a mudança para o espaço rural não está totalmente dissociada do contexto da cidade, pois o trabalho, as infraestruturas básicas e os meios de comunicação essenciais para a vivência do homem moderno não se dissociam totalmente do espaço e do tempo da cidade e das suas especificidades. A

contraurbanização não reflete o total abandono do espaço urbano e de tudo o que lhe está associado, mas a construção de espaços de realização pessoal e social em áreas rurais periféricas.

Não obstante esta leitura, este fenómeno encontra-se em evolução e descreve contextos atuais do homem e, como tal, carece de leituras profundas e frequentes e que se encontra a iniciar uma nova fase de produção do espaço e de relações.

Com este artigo pretendemos, essencialmente, contextualizar o fenómeno da contraurbanização no tempo e no pensamento do homem moderno e deixar orientações teóricas de análise deste fenómeno.

Bibliografia

Abrantes, P., Pereira, I. (2005). Espaços de identidade, identidades no espaço. In *Identidade(s) e Diversidade(s): as linhas com que se cosem as pertenças, Actas do Congresso Pensar a Região de Leiria*. Porto: Afrontamento.

Amoêda, R. (2003). *Cidades digitais: Novos modos de habitar?* In L. Gouveia, *Cidades e regiões digitais: Impacte nas cidades e nas pessoas*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Appadurai, A. (1991). Global ethnoscapas: Notes and queries for a transnational anthropology. In Richard G. Fox (ed.) *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fe, NM: School of American Research Press: 191-210.

Arendt, H. (2007). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.

Ashworth, G. J. e Voogd, H. (1990). *Selling the City: Marketing Approaches in Public Sector Urban Planning*. London: Belhaven.

Beck, U. (1988). *¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. Barcelona: Paidós.

Benko, G., Lipietz A. (1994). *As regiões ganhadoras. Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia económica*. Oeiras: Celta Editora.

Berry, B. (1976). *Urbanization and counter-urbanization*. Los Angeles: Sage.

Berry, B. J. (1976). The counterurbanization process: Urban America since 1970. In Berry, B. J. *Urbanization and Counterurbanization*. Beverly Hills, CA: Sage, pp. 17-30.

Braudel, F. (1984). *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: D. Quixote.

Camarero, L.(1992). El mundo rural español en la década de los noventa. ¿Renacimiento o reconversión?, *Documentación Social*, nº 87, pp. 9-28.

Castells, M. (1998). *La era de la información*. Madrid: Alianza editorial.

Castells, M. (1999). *La era de la Información. Economía, Sociedad y Cultura. La Sociedad Red*. Madrid: Alianza.

Dillman, D. A. (1979). Residential preference, quality of life, and population turnaround, *American Journal of Agricultural Economics*, 61(5), pp. 960-966.

Featherstone, M. (1990). *Global Culture*. London: Sage.

Fernández Güell, J. M. (1997). *Planificación estratégica de ciudades*. Barcelona: Editorial Reverté.

Ferraz Sexto, C. (1998). *La contraurbanización. Fundamentos teóricos y estudio de casos en Irlanda, España y México*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara/Xunta de Galicia.

Fortuna, C. (2002). Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro, pp. 123-148.

- Friedman, J. (1990). Being in the World: Globalization and Localization. In M. Featherstone, *Global Culture*. London: Sage.
- Friedmann, R. (2004). Urban Management by Complexity. Nuevas formas de gestión estratégica urbana y de participación ciudadana. In G. Fernández e G. Leva (Eds.). *Lecturas de economía, gestión y ciudad*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.
- Friedmann, R. e Fernández, G. (2007). Gestión y liderazgo municipal en la ciudad posmoderna, *IV Jornadas de Marketing de Ciudades*, 28-30 marzo, Coruña, España.
- Fuguitt, G. V. (1985). The nonmetropolitan population turnaround, *Annual Review of Sociology* 11, pp. 259-281.
- Garnier, T. (1988). *Une Cité industrielle: étude pour la construction des villes*. Paris: Philippe Sers.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Goitia, F. (1989). *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presenta.
- Gouveia, L. (2003). *Cidades e Regiões Digitais: impacte nas cidades e nas pessoas*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Green, R. (2005). Pensar, dibujar, matar la ciudad: orden, planificación y competitividad en el urbanismo moderno, *EURE. Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, Vol. XXXI, 94, pp. 77-95.
- Harvey, D. (2001). *Condição pós-moderna*. São Paulo. Edições Loyola.
- Johnston, R. J., Gregory, D., Smith, D. (1994). *The Dictionary of Human Geography*. Londres: Basil Blackwell.
- Jonas, S. (1995). La Grosstadt-métropole européenne dans la sociologie des pères fondateurs allemands. In J. Rémy (org.), *George Simmel: Ville et modernité*. Paris: L'Harmattan, pp. 19-35.
- Lacaze, J. P. (1999). *A cidade e o urbanismo*. Col. Biblioteca Básica de Ciência e Cultura, N.º 62. Lisboa: Instituto Piaget.
- Le Corbusier, (2000). *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Le Goff, J. (1988). *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense.
- Mitchell, J. (1996). *City of Bits: Space, Place, and the Infobahn*. MIT Press.
- Muñiz, N. (2009). Marketing Estratégico de Ciudades. In J. L. Munuera e A. I. Rodríguez (Eds.) *Casos de marketing estratégico en las organizaciones*. Madrid: Esic Editorial.
- Noisette, P., Vallerugo, F. (1996). *Le Marketing des villes*. París: Les Éditions d'Organisation.
- Paddison, R. (1993). City Marketing, image-reconstruction and urban regeneration, *Urban Studies*, 30, pp. 339-350.
- Pancorbo, J. A. (2006). El marketing urbano como herramienta de apoyo en la gestión de los centros históricos, *III Jornadas de Marketing de Ciudades*, 26-28 abril, Coruña, España.
- Pirenne, H. (1973). *As cidades da Idade Média*. Mem Martins: Europa América.
- Rodell, M. J. (1993). City Marketing -The Bottom line, *Third World Planning Review*, 15, pp. 187-193.
- Sánchez, F. e Moura, R. (2005). Ciudades-modelo: estrategias convergentes para su difusión internacional, *Eure. Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, Vol. XXXI, 93, pp. 21-34.
- Santos, B. S. (1987). *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Coleção Histórias e Ideias/1, Edições Afrontamento.
- Sennett, R. (1999). Growth and Failure: the new political economy and its culture. In M. Featherstone, S. Lash, *Spaces of Culture. City-nation-world*. London: Sage, pp. 14-26.

- Sica, P. (1982). *História del Urbanismo - el siglo XX*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local.
- Sombart, W. (1978). *Il Capitalismo moderno*. Turim: Unione Tipografico.
- Teixeira, L. J. (2000). *A Cidade e a Cultura. Um Estudo sobre as Práticas Culturais Urbanas*. Porto: Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto.
- Wallman, S. (1993). Reframing context. Pointers to the Pos-industrial city. In A. Cohen, K. Fukui, *Humanising the city?* Edinburgh: Edinburgh University Press, pp. 52-66.
- Weber, M. (1982). *La ville*. Paris: Aubier Montaigne.
- Yao, F., Sun, L. e Yao, P. (2005). Survey of urban marketing, *Proceedings of 2005 International Conference on Public Administration*, pp. 858-864.